

Ricardo Ferreira Freitas¹ Flávia Barroso de Mello²

Porto Maravilha: vivências e experiências culturais no
espaço urbano ressignificado

*Porto Maravilha: cultural experiences in the redefined
urban space*

Resumo

Este trabalho pretende analisar, a partir de algumas manifestações culturais que se concretizam no Porto Maravilha, a gradual afirmação de um processo de identificação cultural dos sujeitos atores que se materializa na região. A análise conjugou as teorias que tratam de cidade, imaginário e identidade cultural para identificar como os espaços urbanos no porto são (re)apropriados e reconfigurados pelas representações culturais e sensíveis dos atores que nele operam. Observa-se, assim, o compartilhamento dos espaços entre diferentes sujeitos que reinventam simbolicamente a região e fundam um novo éthos, a despeito das intâncias de poder que atuam com o objetivo de homogeneizar o imaginário e inserir uma lógica simbólica de consumo na região.

Palavras-chave: Porto Maravilha. Imaginário. Identidade cultural.

Abstract

This work intends to analyze, from some cultural manifestations in Porto Maravilha, the gradual affirmation of a process of cultural identification of the social actors in the region. The analysis combined the theories that deal with city, imaginary and cultural identity to identify how the urban spaces in the port of Rio are reappropriated and reconfigured by the cultural and sensitive representations of the actors that operate in it. It is observed, therefore, the sharing of the spaces between different subjects that symbolically reinvent the region and construct a new ethos, in spite of the instances of power that act with the objective of homogenizing the imaginary and inserting a symbolic logic of consumption in the region.

Keywords: Porto maravilha. Imaginary. Cultural identity.

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ. Estágio Sênior em Comunicação e Sociedade com bolsa CAPES na Universidade Paul Valéry-Montpellier 3 (2015/2016), estágio pós-doutoral em Comunicação no CEAQ/Sorbonne com bolsa da CAPES (2006/2007) e doutorado em sociologia pela Universidade René Descartes-Paris (1993), mestrado em comunicação e cultura pela ECO-UFRJ (1990) e graduação em relações públicas pela UERJ. rf0360@gmail.com

2 Mestranda em Comunicação Social no PPGCOM UERJ, na linha pesquisa Cultura de Massa, Cidade e Representação Social, jornalista, especialista em Marketing, e em Mídia-Educação.

1 INTRODUÇÃO

Não seria exagero afirmar que o Rio de Janeiro domina o Atlântico Sul, sendo o seu porto natural, a referência em qualquer viagem por essas águas. É nesse cenário que a Prefeitura inicia um amplo programa de intervenções urbanísticas, que alterarão significativamente a feição de boa parte do tecido urbano ainda relacionado a usos que outrora eram portuários (armazéns e galpões), possibilitando a renovação dos bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo, extensão natural do Centro da Cidade. Vale destacar que caso deseje, o visitante pode desembarcar e, caminhando a pé, percorrer boa parte do Centro Histórico, conhecendo exemplares da Arquitetura Barroca Brasileira, do casario eclético, do centro financeiro e comercial da cidade. Para tanto, o Rio de Janeiro busca formas de se adaptar às novas demandas, reforçando as suas naturais vocações de cidade cosmopolita e símbolo do país, com o objetivo de tornar como uma experiência única, a simples passagem por aqui! (CORREA, 2010, p. 7)

Para além da efetiva importância comercial do porto para o Rio de Janeiro - cujo papel histórico, cultural e social no desenvolvimento da cidade é inegável - e das reformas urbanísticas ressaltadas na fala (quase uma promessa) do arquiteto Antônio Correia (então Secretaria Municipal de Urbanismo), veiculada no primeiro número da Revista Porto Maravilha, fica explícita a importância simbólica do projeto de reurbanização da região do porto para a cidade do Rio de Janeiro, aliada à reconstrução de uma memória de “cidade cosmopolita e símbolo do país”.

A operação urbana do Porto Maravilha cobre 5 milhões de metros quadrados da região portuária da cidade, compostos pelo quadrilátero entre as avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, os bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, os morros do Pinto, Conceição, Providência e Livramento e parte dos bairros do Cajú, São Cristóvão, Cidade Nova e Centro. Em 2009, após a assinatura da Lei Complementar 101/2009 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciou-se o grande projeto de intervenção urbanística que pretendia revitalizar a região portuária do Rio de Janeiro. Administrado pela empresa de capital misto Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), o projeto se articula em quatro eixos de atuação, a saber: estímulo ao uso residencial da região; melhoria na infraestrutura - com foco em saneamento, malha viária e meio ambiente; incentivo às atividades de comércio e à indústria que se desenvolvem na área; e promoção da cultura e entretenimento na região, através da valorização de bens materiais e imateriais da cultura local, da criação de um circuito histórico-cultural e da consolidação de um calendário de eventos anual da zona portuária. Todos os eixos são efetivamente trabalhados na execução do projeto, mas observa-se um interesse especial pelas diretrizes relacionadas à cultura e ao entretenimento, evidenciados tanto pelos discursos de sujeitos envolvidos no processo, bem como pela materialização desses discursos, através, por exemplo, da construção de dois monumentais equipamentos culturais que abrigam o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, ambos localizados na Praça Mauá. Neste viés, o Programa Porto Maravilha Cultural se propõe a promover a valorização do “Patrimônio Material e Imaterial” da área e conta com recursos previstos em lei que garante a aplicação de,

pelo menos, 3% do que for arrecadado com Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) na recuperação e valorização do patrimônio cultural da região e no fomento à atividade cultural.

A intervenção urbanística na região portuária ganhou relevância e foi viabilizada em função da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Com efeito, os megaeventos, que tem pontuado as dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro, especialmente, ao longo do início do século XXI, se configuram em uma clara tentativa de revalorização e reconstituição da cidade e seus espaços internos, que passam a ser revestidos de imaginários coletivos que lhes servem de suporte comunicacional para a construção da marca-cidade e, conseqüentemente, para possíveis investimentos e ações de comunicação, potencializando negócios em diversos segmentos da economia. Observa-se, assim, nos grandes eventos realizados tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, o foco na reconstrução e no fortalecimento de simbolismos, valores e memórias que revestem a cidade de um imaginário que atribui novos significados à realidade. Como sugere Maffesoli (1996, p. 259), trata-se da “construção social da realidade que (...) é essencialmente simbólica”.

Com efeito, em uma leitura que pressupõe a cidade como um campo simbólico de articulação de interesses políticos e econômicos (PESAVENTO, 2007), reconhece-se que o consumo tem importante papel na estruturação desses valores e comportamentos, uma vez que constrói identidades, regula relações sociais e define mapas culturais. Com efeito, como propõem Barbosa e Campbell (2006), consumo e cultura estão inter-relacionados, afinal, “todo o processo de seleção, escolha, aquisição, uso, fruição e descarte de um bem ou serviço, ou ainda de uma “identidade, como querem os pós-modernos, só ocorre e faz sentido dentro de um esquema cultural específico.” (p. 108)

Sob a ótica do mercado, portanto, como arena de negociação, onde os hábitos de consumo redesenham as dinâmicas urbanas cotidianas, mesmo lugares – cidades, países – são também observados como espaços de consumo. Para Sanchez (2010, p. 44), o “espaço abstrato – o espaço de valor de troca – se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana – o espaço do valor de uso.” E assim, ainda na visão da autora, pode-se observar a relação entre a reestruturação dos espaços urbanos e as mudanças culturais relacionadas ao consumo, aos modos de vida e às formas de reapropriação desses espaços.

Reconhecendo, dessa forma, a importância do consumo para entender o comportamento social e a construção da identidade cultural na sociedade contemporânea, este trabalho busca conjugar as teorias que tratam de cidade, imaginário e identidade para refletir sobre a interseção entre os grandes projetos de revitalização urbana patrocinados pelo poder público, por vezes em parceria com a iniciativa privada, e a gradual afirmação de um processo de identificação cultural dos cidadãos, que se materializa na região do porto do Rio de Janeiro através do consumo de festas de rua, comidas típicas, celebrações religiosas, que atuam como elemento de mediação da cultura carioca.

Mais precisamente, optou-se pela observação da Região do Porto Maravilha a partir de manifestações culturais relacionadas à gastronomia, à memória cultural e à arte urbana, que foi complementada com entrevistas com alguns sujeitos dessas manifestações e com a análise do site Porto Maravilha, na forma de textos verbais, imagens ou vídeos, como fontes secundárias de pesquisa utilizadas como referência.

2 A CIDADE E SUAS DIMENSÕES

Para pensar o tema das representações e linguagens sobre a cidade, parte-se da abordagem utilizada pela história cultural, mais especificamente do pensamento da historiadora Sandra Pesavento (2007, 2014). Para a autora, a cidade não é mais considerada como um *lócus* privilegiado da realização da produção ou da ação dos atores sociais, “mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 3).

Nesse viés, a autora propõe pensar a cidade a partir de três perspectivas: a da materialidade, a da sociabilidade e a da sensibilidade.

A cidade é percebida como materialidade quando se reconhece estar diante do fenômeno urbano, em contraposição à realidade rural. Ou seja, quando se identifica uma ação humana sobre a natureza.

Para Pesavento (2007), a cidade pode ser compreendida também pelo viés da sociabilidade, com seus atores, as relações estabelecidas entre eles, os grupos, as práticas de interação, as festas, comportamentos e hábitos. Aqui cabe uma reflexão sobre os espaços de sociabilidade e de socialidade na cidade, proposta por Maffesoli (1996, 2010). Para o autor, a esfera da sociabilidade está relacionada às regras e normas da socialização em que as pessoas atuam como cidadãos. Já na esfera da socialidade, há um deslocamento do sujeito político, das condutas partidárias, tratando, assim, da dimensão dos sentimentos mais íntimos, primários. A socialidade é “uma estética descompartmentada”, que permite “esse estar-junto desordenado, versátil”. (MAFFESOLI, 1996, p. 13) Para o sociólogo, a experiência do “Outro” é aquilo que dá base à sociedade e dá importância ao que ele chama de fusão comunitária, em que as relações se efetivam pelo que o autor denomina de relação tátil, do estar-junto. “O mundo de que sou é, portanto, um conjunto de referências que divido com outros” (MAFFESOLI, 1996, p. 259).

A socialidade de Maffesoli (1996, 1998, 2001) converge para a proposta de olhar a cidade a partir da dimensão da sensibilidade, sugerida por Pesavento (2007, 2014). Assim, a autora afirma que para cada cidade real, concreta, visual, tátil, consumida e usada no dia-a-dia há outras tantas cidades imaginárias, representadas, ao longo do tempo, pela palavra escrita ou falada, pela música, pela imagem, pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade de seus cidadãos, pois

[...] cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um *éthos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. (PESAVENTO, 2007, p. 3)

Neste mesmo viés, Maffesoli (1996) afirma que a cidade é sensível e essencialmente relacional. “Seus lugares de encontro, suas sensações, seus odores, seus ruídos são constitutivos dessa teatralidade cotidiana que faz dela, no sentido forte do termo, um objeto animado, uma materialidade dotada de vida” (MAFFESOLI, 1996, p. 277).

Muito mais do que uma aglomeração de concreto, portanto, a cidade é um campo simbólico, em que se travam lutas políticas, jogos de representações, identidades e relações de poder, em processo contínuo de construção. Nesse sentido, nas palavras de Pesavento,

[...] a cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole, (...) que criamos as categorias de cidadão e de excluído para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de progresso ou de atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação, ou, em nome do moderno, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar. (PESAVENTO, 2007, p. 4)

No Porto Maravilha, a cultura¹, as expressões da memória urbana - marcos históricos, monumentos e patrimônio artístico e histórico, do passado e do presente -, revelam as três dimensões da cidade propostas por Pesavento (2007, 2014), revelando, assim, que intervenções urbanas realizadas na região não podem ser interpretadas apenas como mecanismos de transformação na estrutura material ou na lógica econômica da cidade, mas também enquanto projetos que vislumbram a construção de um certo *éthos*, um certo ideal do que a cidade é ou deve ser. (SANCHEZ, 2010)

Mas, apesar da estratégia de esterilização da esfera pública, como sugere Jacques (2012), essa “cultura da rua” (MAFFESOLI, 1996) é imbricada de objetividade e subjetividade, e salpicada de pequenas referências, símbolos, ícones e valores que delimitam o imaginário social.

3 IMAGINÁRIO E IDENTIDADE CULTURAL

A construção da identidade local de um lugar está diretamente relacionada ao seu passado e ao atual ambiente histórico, político, econômico, legal e cultural em que está inserido. Nos termos de Hall (2013, p. 9), essa construção tem a ver com a produção “não daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. Assim, as questões sobre “quem podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos nos representar” se sobrepõem às questões relacionadas a “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”. A partir deste viés, portanto, os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas e a consequente revitalização de áreas urbanas antigas

1 Neste trabalho entende-se cultura como um conjunto simbólico de processos sociais, como propõe Maffesoli (1996, 1998, 2001)

representam momentos privilegiados para refletir sobre a questão das identidades e projetos que se pensam para a cidade.

Maffesoli (1996) propõe um olhar sobre individualismo e, conseqüentemente, identidade, com base no conceito de socialidade. Sobre esse prisma, o autor acredita que a identidade, como foi concebida e consolidada na modernidade, não se dá mais a explicar as relações e compartilhamentos que envolvem afeto e sentimentos. Para o autor, na cidade pós-moderna, acelerou-se a “desindividualização” e a ideia de “identidade”, enfim, passa a ser construída a partir da relação com o externo, com o “Outro” e com a comunidade. É o que ele define como o mito da identificação, o que leva os sujeitos atores a realizarem diferentes papéis nas mais diversas socialidades. A construção de um imaginário, portanto, de um éthos simbólico, permite o reconhecimento de si a partir do “eu social” que “(...) é totalmente investido pelo outro, determinado pelas diversas modulações de alteridade.” (MAFFESOLI, 1996, p. 311)

A abordagem de Maffesoli (1996) dialoga com os estudos culturais de Hall (2013), na medida em que este entende identidade a partir de um viés discursivo, como uma construção sempre em processo, em que as dinâmicas culturais provocam suturas e fixações, discursos e práticas que, por um lado, tentam interpelar os atores a assumirem seus lugares de sujeitos sociais e, por outro lado, produzem subjetividades, que os constroem como sujeitos agentes. Ou seja, para Hall (2013), uma identidade nunca é fixa, estável, ela é constitutiva a partir da relação com o “Outro”, a partir da *différance* ou por meio dela.

Seja qual for esse outro – indivíduo, espaço, objetos, ideias – a imagem, a comunicação, atua como uma liga entre os sujeitos atores, o mundo e seus elementos, dinamizando, assim, o estar-junto. Para Maffesoli, é nesse sentido que imagem é cultura, constrói simbologias de uma época, que remete o indivíduo ao passado ou ao futuro. É pela e na imagem que representamos, na vida cotidiana, distintas identificações culturais. Independente de contratos sociais e atuações políticas, a comunicação é a garantia do estar-junto mais primário. Com efeito, para o autor, “a pessoa constrói-se na e pela comunicação”. (MAFFESOLI, 1996, p. 310)

Ainda que essa comunicação por vezes seja promovida, originalmente, pelas instâncias de poder, com objetivos de homogeneizar o imaginário e inserir uma lógica simbólica de consumo nas relações de um determinado corpo social, observa-se uma apropriação dos espaços urbanos a partir de “brechas”, latências (CERTEAU, 1994), das vivências do lugar (re) apropriado e reconfigurado pelas representações culturais e sensíveis dos atores que nele operam. No Porto Maravilha, observa-se um compartilhamento dos espaços entre os diferentes sujeitos – Prefeitura, empresas, cidadãos – colocados em interação, numa contínua reconstrução do corpo social e de suas identidades culturais.

A partir, portanto, dessa dinâmica de representações, identidades e relações de poder, o espaço urbano acaba “por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com

a sua cidade". (PESAVENTO, 2007, p. 5-6)

A construção cultural de uma identidade, afinal, se dará a partir dos significados atribuídos, das disputas que envolvem a apropriação simbólica, pelos sujeitos, da materialidade dos espaços construídos.

4 VIVÊNCIAS NO PORTO

A observação de alguns espaços de consumo cultural na região do porto dá indícios de que estes operam incorporando novos valores culturais e novos padrões de vida referenciados na sociedade urbana mundializada. No entanto, como propõe Jacques (2012, p. 20), o processo de esterilização da experiência que domina as cidades contemporâneas, num processo de "espetacularização urbana, não consegue destruir completamente a experiência".

Assim, estes mesmos espaços se traduzem em brechas de resistência, em possibilidades de experiências urbanas cotidianas, as artes do fazer cotidiano, como sugere Certeau (1994), provocando assim uma tensão entre o global e o local, próprio dos modelos hegemônicos de cidade, recuperando a proposta de Sanchez (2010). É o espaço, na visão de Maffesoli (1996), no seu papel de garantir ao corpo social o sentimento de pertencimento, de identificação consigo mesmo.

Com o Programa Porto Cultural², a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP) aplica recursos na restauração de bens tombados e no apoio às iniciativas de valorização do patrimônio material e imaterial da região. Para implementar as ações, a Cdurp trabalha em parceria com instituições públicas, sociedade civil e setor privado. O Programa Porto Cultural apresenta, assim, uma agenda de eventos culturais que cobre todos os meses do ano, muitas vezes com eventos distintos acontecendo, concomitantemente, em localidades diferentes da região³.

Além dos equipamentos culturais que são os âncoras do Programa Porto Cultural (Museu de Arte do Rio – MAR, Museu do Amanhã, Centro Cultural José do Bonifácio, Galpões da Gamboa, Igreja São Francisco da Prainha), manifestações culturais de todos os tipos - religiosas, folclóricas, gastronômicas, artísticas – tomam conta das ruas da região portuária.

Flanando pelas áreas centrais da zona do porto revitalizada, de fato depara-se não só com instalações portentosas, mas com celebrações interculturais⁴ do estar-junto. As influências dos negros, escravos, operários, migrantes, se evidenciam nas manifestações culturais realizadas e se misturam com a contemporaneidade expressa pela transformação espacial no Porto Maravilha, contribuindo para a consolidação do imaginário dessa região como um lugar de memória cultural.

Da praça política de Habermas (1994) à praça romântica de Castro Alves, não se pode negar que esta simboliza a essência do espaço público, o *lócus* privilegiado

2 Folder de divulgação do Porto Maravilha Cultural, disponível em http://www.portomaravilha.com.br/porto_cultural

3 Ver "Calendário Cultural" em <http://www.portomaravilha.com.br/calendario>

4 O conceito de interculturalidade é entendido aqui a partir de Canclini e o processo de hibridação que ele sugere como termo mais adequado para traduzir os processos derivados da interculturalidade, que não se baseiam apenas em critérios étnicos e raciais, mas também das misturas do artesanal com o industrial, do erudito com o popular, da palavra escrita com a imagem.

de sociabilização e socialidade, seja para o sujeito em sua dimensão racional ou em sua “razão sensível” (MAFFESOLI, 1996). No Porto Maravilha, as praças representam espaços de reinvenção do cotidiano, e comportam táticas de resistência e sobrevivência pelas quais os cidadãos se apropriam e ocupam o espaço urbano.

5 MEMÓRIAS E SABORES NA PRAÇA

Na Praça Mauá, um dos primeiros espaços do Porto Maravilha entregue à população, as cerca de quatro mil pessoas que aguardam para entrar no Museu do Amanhã, diariamente, ou que passeiam na praça após a visita ao MAR, são brindadas não só com a exuberância da Baía de Guanabara e do patrimônio histórico cultural (do presente e do passado), mas com as comidas de boteco oferecidas por barracas da “Associação Sabores do Porto”, ao lado dos modernos foodtrucks, que oferecem opções *gourmet* mais contemporâneas. (Figuras 1 e 2)



Figura 1 - Barracas das associadas ao Sabores do Porto.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 2 - Foodtrucks na Praça Mauá.
Fonte: Acervo da autora.

D. Rosane, dona do “Bar do Carlinhos”, no Morro do Pinto, e atual presidente da Associação Sabores do Porto, relata, em entrevista à autora, que com o apoio do Sebrae e da Cedurp, mulheres donas de bares na região portuária ou simplesmente donas de barraquinhas das tradicionais “comidas de rua”, se juntaram para “oferecer uma comida boa a um preço acessível a quem está passeando com a família na Praça Mauá” (D. ROSANE, 2016). No começo, conta ela, o grupo era de cinquenta mulheres, aproximadamente. Passaram por uma baixa, logo após o primeiro ano da Associação, mas, há um ano e meio, já tem estatuto, registro, e cerca de 30 associados. Segundo D. Rosane, “as pessoas viram que deu certo e muitas voltaram e outras novas se associaram. ”

Os *foodtrucks* convivem em harmonia com as comidas típicas do porto, como explica D. Rosane. “Eles são uma opção mais cara, em geral para os jovens, os turistas de fora da cidade. ”

A comida, enquanto bem de consumo, é um meio de discriminar valores, símbolos de identificação e pertencimento. Assim como na arquitetura da Praça Mauá, o contemporâneo e o tradicional se complementam na gastronomia oferecida nas barraquinhas e nos *foodtrucks*, proporcionando um sentido de pertencer às diversas tribos⁵ que circulam no espaço. Dessa forma, “o fato culinário, o jogo das aparências, os pequenos momentos festivos, as deambulações diárias, os lazeres”, ultrapassam a simples satisfação física e exprimem as emoções coletivas, se constituindo em “um irremediável querer viver. ” (MAFFESOLI, 1996, p. 27)

5 Ver “O tempo das Tribos”, M. Maffesoli, 1998.

6 ANCESTRALIDADE, FÉ E RESISTÊNCIA NA PRAÇA

“Tenho que trabalhar, mas não consigo sair daqui, me perdi nisso aqui”. Essa fala, apreendida pela autora em meio as de outros transeuntes que passavam pela Praça do Comércio, na última lavagem do Cais do Valongo (Figura 3), permite refletir sobre a comunicação estabelecida pelas imagens, símbolos, ritos, danças, o viver na cidade a partir da comunhão, da interação, ancorada na sensível.



Figura 3 - Cerimônia de 5ª Edição da Lavagem do Valongo
Fonte: Acervo da autora.

Desde 2012, após o resgate do Cais do Valongo durante as obras de reurbanização da região do porto, “Mães de Santo” conduzem, no primeiro sábado do mês de julho, um ritual de limpeza, purificação e homenagem aos espíritos ancestrais dos mais de 500 mil escravos que desembarcaram no Rio de Janeiro, no período do Brasil Colonial (PORTO MARAVILHA, 201-). O ritual, observado pela autora, envolve cantos religiosos, água de cheiro, flores e votos de amor e paz, misturados às batidas dos atabaques dos blocos tradicionais de carnaval Filhos de Gandhi, Lemi Ayó e Orumilá.

Sua importância histórica é indiscutível. O Cais do Valongo faz parte do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, criado também pelo Programa Porto Cultural, para promover a importância histórica e cultural dos negros escravizados na vida da região portuária e da cidade. Ao lado do Cemitério dos Pretos Novos, o Jardim do Valongo, a Pedra do Sal e da antiga escola Freguesia de Santa Rita, hoje o Centro Cultural José Bonifácio, busca resgatar a dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. Mas, para além do resgate de uma história dita oficial, o Cais do Valongo é apropriado por diversos atores com interesses distintos, é um espaço de disputas simbólicas em busca da construção de

sua memória e dos seus significados para a região portuária.

Construído em 1811, com objetivo de retirar da Rua Direita, atual Primeiro de Março, o desembarque e comércio de africanos escravizados, o Cais do Valongo foi porta de entrada para negros africanos escravizados. Ao longo dos anos, sofreu sucessivas intervenções. A primeira delas em 1843, foi para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, noiva do (então) futuro imperador, D. Pedro II. Passou, assim, a se chamar Cais da Imperatriz. Com as reformas urbanísticas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos, no início do século XX, o Cais da Imperatriz foi aterrado em 1911.

A presença do poder público na Lavagem do Cais do Valongo resume-se à institucionalização do evento, que passa a fazer parte do calendário anual do porto. Por outro lado, religiosos, transeuntes, integrantes dos blocos se apropriam do espaço de forma criativa, misturados ao consumo de bens simbólicos das barracas de comida e artesanato expostas no local, representando, assim, a construção desse espaço de memória, a partir de uma comunicação ancorada no sensível, na socialidade proposta por Maffesoli (1996).

Como afirma Mãe Edelzuita de Oxalá, “a gente não briga com armas, não briga com faca, a gente briga com a fé, com a roupa branca, com os colares no pescoço.”

7 “SE ESSA PRAÇA FOSSE MINHA...”

Bem ao lado do burburinho da Praça Quinze se esconde a tranquila Praça Marechal Âncora, parte do antigo Mercado da Praça XV e agora trecho da Orla Guanabara Prefeito Luiz Paulo Conde, também revitalizado pela operação no porto, e recém entregue pelo poder público à população da cidade. A observação da paisagem, marcada pelo concreto que contrasta com o gigante espelho d’água da Baía de Guanabara, revelou à autora a ocupação e ressignificação espontânea dos seus espaços por skatistas, ciclistas e pescadores.

A convite da Prefeitura do Rio, com objetivo de divulgar para a população a região remodelada, a “Trupe de Lá Tag” ocupou o espaço, em um ensolarado sábado à tarde, trazendo sua arte para a praça. Segundo Luíza Linhares, integrante da produção da “Trupe de Lá Tag”, a Prefeitura não fez nenhuma divulgação da peça a ser apresentada. Assim, observou-se, à princípio, poucos e tímidos espectadores sentarem nas cadeiras dispostas formando um corredor, onde os atores já se aqueciam para entrar em cena, bem em frente ao Restaurante Albamar, instalado no alto da única torre remanescente do antigo Mercado da Praça XV. (Figura 4) Apesar da apresentação ter sido programada pela Prefeitura, a ocupação do espaço se deu de forma espontânea e foi possível observar atores e plateia se ajustando à dinâmica do local, à tranquilidade quase que bucólica da praça nos finais de semana, que escapa ao tempo acelerado dela mesma nos dias úteis, ao ritmo do consumo e da produção.



Figura 4 - Atores e espectadores, em frente ao Restaurante Albamar.
Fonte: Acervo da autora.

Um dos objetivos centrais da Trupe é promover e problematizar a ocupação de espaços públicos através da arte, integrando teatro e comunidade. O texto da peça, uma construção conjunta dos próprios atores, conta a história de oito personagens que se encontram em uma praça desconhecida, depois de abandonarem seus lugares de origem. Lá, suas histórias se cruzam em uma única trajetória, onde enfrentarão as dificuldades cotidianas da ocupação dos espaços da cidade. É a arte que reproduz a cultura do homem comum, da rua, do cotidiano. É a chamada “cultura popular”, reconhecida pelo “estilo de vida” do cidadão comum e não apenas em função de noções embasadas em questões econômicas e políticas (MAIA, 2005).

O espetáculo, patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, através de dois editais públicos – Programa Viva Arte e Fomento Cidade Olímpica –, prevê sua circulação em 18 praças da cidade. A Praça Marechal Âncora não estava no roteiro inicial de ocupação da Trupe de Lá Tag, que, inclusive, inicialmente, pretendia fazer apenas uma única apresentação de seu espetáculo, até conseguir o patrocínio para o projeto. Mas, a praça agora também é deles, de todos os passantes, espectadores, comerciantes, *flâneurs*, e conta não só a história desses oito personagens, mas as histórias faladas, vividas, sentidas, do seu imaginário ressignificado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“**D**e uma hora para outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (BARRETO, 1998, p. 87).

Esta frase de Lima Barreto comentando a escala e os objetivos da reforma urbana de Pereira Passos, que deu origem ao eufórico imaginário modernizador da República - à Belle Époque brasileira -, poderia ser repetida hoje por um morador

da cidade do Rio de Janeiro ou mesmo um frequente observador dos seus espaços urbanos, ao se deparar com as novas instalações do Porto Maravilha.

Neste trabalho, partindo da “sociologia da sensível”, proposta por Maffesoli (1996, 1998, 2010), da história cultural, pensada por Sandra Pesavento (2007, 2014), e dos estudos culturais de Stuart Hall (2013), entende-se que na profundidade das aparências, constitui-se uma forma de compreender a realidade. O espaço, não é, assim, observado, analisado, ele é vivido, sentido, experienciado.

De fato, no contexto de uma “economia simbólica”, observa-se, neste artigo, que a reforma do Porto Maravilha, realizada como parte do projeto de revitalização da cidade do Rio de Janeiro para receber as Olimpíadas, apresenta, em seu escopo, características que apontam para padrões homogêneos de valores culturais e hábitos de consumo do espaço que são dominantes na escala mundial, como pontua Sanchez (2010). Em paralelo, observa-se que o poder público lança mão da memória cultural da cidade para provocar a conjunção entre a individualidade dos sujeitos atores e a identidade coletiva do carioca, o que é prontamente reapropriado pelos cidadãos e visitantes, promovendo um encontro entre o local e o global e se configurando na construção de novas identificações e representações locais.

No Porto Maravilha, a materialidade do espaço se apresenta nas intervenções, na construção de novas praças e na revitalização de outras; na reordenação da malha viária, com a construção de novas ruas, túneis; na implantação de uma nova modalidade de transporte, o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos); na construção de edificações exuberantes que abrigam equipamentos culturais do presente, que convivem com patrimônios culturais do passado. Em conjunção com a dimensão material do espaço, observa-se que o Porto é palco para as relações, as vivências, as experiências dos sujeitos representadas em práticas culturais, que se configuram na dimensão sensível do espaço.

As intervenções urbanas realizadas na região do porto não podem ser interpretadas, portanto, somente como transformações do seu espaço material ou econômico. No trânsito entre o individual e o coletivo, entre as objetividades e subjetividades, o Porto Maravilha se reinventa simbolicamente, em uma dinâmica onde os sujeitos, apesar de expostos a um imaginário proposto por valores hegemônicos, que objetivam organizar e programar a vida social na região a partir da lógica do consumo cultural, encontram, na vida cotidiana, “brechas”, astúcias, táticas latentes de resistência aos mecanismos hegemônicos, através da comunhão, nas festas de rua, celebrações religiosas, comidas típicas, que atuam, portanto, como cimento, como elemento de vinculação e mediação da cultura local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. Poesias coligidas. In: *Obras completas (em um volume)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.
- BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BARRETO, L. *Os bruzundangas*. Belo Horizonte: GARNIER, 1998.
- CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- CÂNDIDA, S. Museu do Amanhã atinge a marca de 500 mil visitantes. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-amanha-atinge-marca-de-500-mil-visitantes-19351712#ixzz4bKMJSgwj>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- CERTEAU, M de. *A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CORREIA, A. *Rio de Janeiro: Cidade do Atlântico Sul*. Porto Maravilha, Rio de Janeiro, n. 1, p.7, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/uploads/revistas/889fe8276f60e07c13ad126b144f6a05.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- D. ROSANE: depoimento [jun. 2016]. Entrevistador: Flávia Barroso de Mello. Rio de Janeiro.
- FREITAS, R. F.; FORTUNA, V. O. *Rio de Janeiro: a comunicação e a construção da cidade espetáculo*. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 10, n. 18, jul. 2013, p. 228-237.
- HABBERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS*, n. 15, ago. 2001, p. 74-82.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAIA, J.; KRAPP, J. *Comunicação e comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas*. In: FREITAS, R.; NACIF, R. (Org.). *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- MUSEU do Amanhã atinge a marca de 500 mil visitantes. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-amanha-atinge-marca-de-500-mil-visitantes-19351712#ixzz4bKMJSgwj>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- PESAVENTO, S. J. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, jun. 2007, p. 11-23.
- PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- PORTO MARAVILHA. *Circuito histórico e arqueológico da celebração da herança africana: Cais do Valongo e da Imperatriz*. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/africadetalhe/cod/3>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a operação urbana consorciada da região do Porto do Rio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC101_-_23112009.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- SANCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2010.
- SILVA, T. T. da (Org.). *Identidades e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.